



G-Pro Tecnologia  
CNPJ: 64.343.195/0001-55  
Q QUADRA 6 CONJUNTO K, 22 –  
PARANOA  
Brasília/DF – CEP: 71570-611

### **DECLARAÇÃO OPTANTE SIMPLES NACIONAL**

A empresa **64.343.195 GIOVANNA DO VALE LOPES ALVES SALES**, inscrita no CNPJ sob o nº **64.343.195/0001-55**, com sede à Q QUADRA 6 CONJUNTO K, 22 – PARANOA, Brasília/DF – CEP: 71570-611, neste ato representada por sua titular **GIOVANNA DO VALE LOPES ALVES SALES**, portadora do CPF nº **089.922.361-31**, considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, **DECLARA**, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990)